

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123.659 - RS (2020/0028353-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : LUCIANA ALVES CARBONEL**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **LUCIANA ALVES CARBONEL** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DESCABIMENTO. PRESENÇA DA JUSTA CAUSA PENAL.

1. Apenas em caráter excepcional ocorre a possibilidade de trancamento do inquérito policial ou da ação penal, por meio da impetração de habeas corpus, sem necessidade de realização de instrução probatória.

2. Necessária a demonstração, de plano, da ilegitimidade de parte, ou ausência de justa causa para o inquérito ou para a ação penal, consubstanciada na inexistência de elementos indiciários capazes de demonstrar a autoria e a materialidade do delito, a atipicidade da conduta e a presença de alguma causa excludente da punibilidade ou, ainda, nos casos de inépcia da denúncia.

3. Ordem de habeas corpus denegada." (e-STJ, fl. 241)

Nas razões recursais, sustenta a recorrente a ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal, ao argumento de que não houve descrição de elementos suficientes de autoria na denúncia. Nesse sentido, aduz que, "Sem que tenha havido indícios suficientes de autoria, o paciente foi denunciado pela prática de crime previsto no art. 297, § 3º, II, c/c art. 29, ambos do Código Penal" (e-STJ, fl. 254).

Assim, requer "o trancamento da ação penal, em relação ao crime tipificado no art. 297, § 3º, II, c/c art. 29, ambos do Código Penal." (e-STJ, fl. 256).

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não conhecimento do recurso em *habeas corpus*.

**É o relatório.**

Decido.

De antemão, vislumbra-se que os argumentos colacionados nas presentes razões recursais não guardam consonância com os fatos descritos na denúncia nem tampouco com os fundamentos do acórdão recorrido.

A partir da denúncia e do acórdão, percebe-se que Luciana Alves Carbenel foi denunciada pela prática do crime do **art. 171, caput e § 3º, do Código Penal**, juntamente com os demais acusados, Alexsandro Nascimento, Liliane Silva e Daniel Oliveira (e-STJ, fls. 15-25).

No recurso, porém, há indicações de fatos alheios ao processo em questão, senão vejamos:

"Sem que tenha havido indícios suficientes de autoria, o paciente foi denunciado pela prática de crime previsto no **art. 297, § 3º, II, c/c art. 29, ambos do Código Penal**.

Conforme apontado pela acusação, a conduta imputada ao paciente

decorreu de uma suposta “unidade de desígnios” com os corréus, fornecendo suas informações pessoais para suposta falsificação de vínculo empregatício.

A denúncia aponta que “as informações falsas foram dolosamente inseridas em conluio entre PEDRO e ROBSON, após receber de JEAN suas informações pessoais”. Desta forma, resta evidente que o paciente não inseriu ou fez inserir, na sua CTPS ou em qualquer documento capaz de produzir efeitos perante a Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita.” (e-STJ, fl. 254; grifou-se)

Nesse sentido, como bem pontuado pelo Ministério Público Federal, é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de não conhecer dos recursos quando o recorrente deixar de impugnar, de forma específica, os fundamentos da decisão hostilizada.

A propósito: **"Não se conhece do apelo ordinário em habeas corpus se, nas razões recursais, não se ataca os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido."** (RHC 55.419/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 29/02/2016, grifou-se)"

De qualquer forma, considerando as alegações expostas no *mandamus* originário e a possibilidade da concessão da ordem, de ofício, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Nos termos da exordial acusatória, vislumbra-se justa causa para o prosseguimento da ação penal contra a recorrente.

Confira-se o seguinte excerto da denúncia:

**"II – DO SAQUE DE FGTS EM NOME DE LUCIANA ALVES CARBONEL**

07. No dia 25/04/2016, na Agência Sete de Setembro da Caixa Econômica Federal (CEF), em Porto Alegre/RS, **LUCIANA ALVES CARBONEL e LILIANE SILVA DOS SANTOS obtiveram, em favor de Luciana, vantagem indevida em detrimento do Ministério do Trabalho e Emprego, consistente no saque ilegal do saldo do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), valendo-se de meio fraudulento, qual seja, o uso de atestado médico falso perante a CEF, informando que a beneficiária era portador de HIV.**

08. Com efeito, na data de 18/04/2016, a denunciada dirigiu-se à Agência Sete de Setembro, da CEF, na cidade de Porto Alegre, e encaminhou o requerimento de saque do FGTS, apresentando, para tanto, um atestado supostamente emitido pelo médico Marcelo Ferreira Paiva, a fim de comprovar que era portadora da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). O valor de R\$ 2.750,85 foi sacado pela ré em 25/04/2016 (evento 10, OFIC3).

09. O atestado médico falso, por sua vez, foi fornecido à Praça Rui Barbosa, 57 –13º andar – Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90030-100 • (51)3284-7396 [www.prrs.mpf.gov.br](http://www.prrs.mpf.gov.br) denunciada por LILIANE, que lhe propusera a prática da fraude, mediante o pagamento de percentual o valor obtido.

10. A falsidade do atestado está comprovada pelas declarações do médico Marcelo Ferreira Paiva (evento 08, MEMORANDO6), o qual afirmou que não emitira o atestado em questão e salientou ainda

que o documento em questão possui erros grosseiros de grafia que, a seu juízo, jamais seriam cometidos por um médico.

**11. Por fim, LUCIANA admitiu que fizera uso de um atestado médico que lhe sabia ser falso e que lhe fora fornecido por uma pessoa que se apresentara como “Viviane”, servidora do INSS, e lhe propusera o saque de valores do FGTS mediante o pagamento de 30% da quantia obtida. LILIANE foi identificada fotograficamente por LUCIANA como sendo a mulher chamada “Viviane”, que lhe forneceu o documento falso (evento 08, DECL3 e evento 22, AUTOREC2)."** (e-STTJ, fls. 20-21)

Assim, não há como acolher a tese de ausência de justa causa, haja vista que, na hipótese, a denúncia narra detalhadamente o suposto cometimento do crime de estelionato previdenciário pela recorrente, que inclusive admitiu o uso de atestado médico sabidamente falso para obter o saque dos valores de seu FGTS.

De mais a mais, conforme pontuado pela Corte de origem, "no caso em exame, a comprovação da efetiva participação do paciente, ou não, na prática dos crimes descritos na denúncia, somente poderá ser levada a cabo por meio da instrução da ação de origem, com a análise de todo o conjunto probatório produzido durante o trâmite do devido processo legal, o que é inviável em sede de *habeas corpus*." (e-STJ, fl. 239)

Em outros termos, por ora, não se tem qualquer juízo de certeza sobre a conduta da recorrente, porém, a denúncia traz indícios suficientes a permitir a instauração da ação penal pelos delito de estelionato.

A tarefa de realizar aprofundado exame da matéria fático-probatória é reservada ao Juízo processante, que, após a detida análise, julgará a procedência ou não da acusação proposta.

Dessa forma, não vislumbro qualquer ilegalidade a permitir a intervenção desta Corte Superior.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator